

Reajuste em benefícios já está aprovado no mérito

A Condsef/Fenadsef está cobrando reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para buscar firmar termo de compromisso que assegura reajuste em benefícios e instalação imediata de mesas temporárias e específicas de todas as categorias do Executivo Federal. O objetivo é tratar da formalização de termo de acordo de proposta que foi apresentada pelo governo na 8ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) no dia 10 de abril.

O MGI confirmou reunião com a bancada sindical da MNNP para essa quinta-feira, 25, às 16h. A expectativa é de que um consenso definitivo possa garantir o atendimento de mais de 1,2 milhão de servidores federais do Brasil.

A Confederação, que representa 80% dos servidores do Executivo Federal, entre ativos, aposentados e pensionistas, remeteu a proposta a suas entidades filiadas que realizaram assembleias e aprovaram no mérito o reajuste nos benefícios. Uma contraproposta apontando ajustes ao texto foi aprovada pela maioria e enviada ao MGI. "Nenhum ajuste apontado na contraproposta é cláusula de barreira para que se firme acordo", esclarece Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. É importante destacar que a maioria dos ajustes fazem parte de declarações já dadas pelo próprio governo e divulgadas pela mídia.

Entre os ajustes está a inclusão de um parágrafo onde o governo se compromete a equiparar os benefícios entre os Três Poderes até o final de 2026. Essa é uma das pautas centrais da Campanha Salarial 2024. Em matéria publicada pelo jornal Extra, o próprio MGI declarou que o governo pre-



tende promover a equiparação dos benefícios até 2026.

'Aumento para todas as categorias'

Nessa terça-feira, o presidente Lula afirmou durante café da manhã com jornalistas que todas as categorias de servidores públicos deverão ter aumento salarial, mas que o reajuste será o que o governo "pode dar". Lula ainda defendeu o direito de greve da categoria. "Eu quero até aproveitar para dizer que ninguém será punido nesse país por fazer uma greve", disse.

Lula reforçou o que os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Esther Dweck, do MGI, já haviam sinalizado: o orçamento de 2024 não prevê reajuste ao funcionalismo. O presidente alegou "limite orçamentário", mesmo reconhecendo que o país crescerá mais que o esperado.

Mesas específicas e temporárias

Na proposta do governo, há o compromisso de instalação das mesas específicas e temporárias até julho deste ano. A contraproposta enviada pela Condsef/Fenadsef sugere que a cláusula garanta que os acordos incluam todos os servidores, ativos, aposentados e pensionistas. "Esse é um compromisso já afirmado pelo próprio MGI em diversas reuniões realizadas em mesas já instaladas, solicitamos apenas a sua formalização", pontua

o secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva.

Correção de distorções salariais

Outro ponto de ajuste apontado pela Condsef/Fenadsef, inclui o compromisso do governo em buscar, nas mesas temporárias e específicas, o princípio da correção das distorções salariais existentes no funcionalismo. Esse é, inclusive, um dos compromissos firmados pelo próprio governo Lula ainda durante campanha presidencial.

A contraproposta aprovada pela maioria do funcionalismo e que aponta ajustes à proposta do governo sinaliza também o compromisso da bancada sindical em exaurir todas as possibilidades de acordo no processo negocial, até sua conclusão. Outra cláusula pontua a necessidade de ao menos 1/3 da reestruturação de cada carreira ser aplicado ainda em 2024.

Sobre as declarações do presidente Lula e também matérias repercutindo falas do MGI, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef reforça a necessidade de firmar o compromisso com os servidores na MNNP. "Não é possível ficar recebendo recados entregues pela mídia. Queremos concluir o processo como deve ser: na mesa de negociação", diz Sérgio Ronaldo da Silva.

Fonte: Condsef



Sindsep realiza assembleias no IFMA

O Sindsep/MA esteve reunido em Assembleia com os servidores do IFMA Campus Imperatriz nesta quarta-feira, 24, para discutir e deliberar sobre a mobilização da categoria frente ao movimento de greve na educação federal.

Os servidores do IFMA em Imperatriz decidiram por não entrar em greve, e aguardarem as negociações com o Governo Federal. Segundo a categoria, caso seja necessário, o sindicato convoca os



trabalhadores para uma nova assembleia de avaliação do movimento.

Já em Santa Inês, os servi-

dores optaram pelo movimento grevista, já paralisando as atividades a partir da próxima segunda-feira, 29 de abril.

FENAJ realiza “Dia D de Mobilização pela PEC no Diploma” na próxima quarta (24)

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) realizou durante toda esta quarta-feira, 24, o Dia D de Mobilização pela PEC do Diploma. Jornalistas do país inteiro participaram de uma grande atividade pelas redes sociais, todos vestidos de azul, fizeram fotos ou vídeos e publicaram em seus perfis marcando a Federação e o seu Sindicato.

A atividade virtual faz parte da estratégia do 3º Ocupa Brasília pela restituição do diploma da categoria, que acontece até 25 de abril. Na ocasião, dirigentes sindicais dos jornalistas de todas as regiões do país estarão em Brasília, para dialogar com os líderes partidários sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206/2012.

“Nossa campanha pela volta de um critério de acesso à profissão tem o apoio da ABI (Associação Brasileira de Im-

prensa), Abej (Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo), Abrajat (Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo – Nacional) e SBPJor (Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo)”, comenta a presidenta da FENAJ, Samira de Castro.

Recentemente, os Conselhos Regionais dos Profissionais de Relações Públicas (Conrreps) também manifestaram apoio à luta dos jornalistas pela volta do diploma de nível superior específico.

Histórico

O primeiro curso de Jornalismo no Brasil foi criado em 1947, em São Paulo, pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. A graduação nessa área ganhou força na década de 1960, quando instituições de outros estados passaram a oferecer o curso.

O diploma para o exercício do Jornalismo tornou-se exigência em 1969, o que possibilitou o crescimento e aperfeiçoamento dos cursos de graduação e especializações para os profissionais deste segmento de comunicação que só veio a fortalecer o mercado de trabalho nesta área.

A exigência do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 17 de junho de 2009. A justificativa foi a de que exigir tal formação cerceava o direito à informação e à de expressão e que o diploma servia apenas aos interesses das instituições de ensino superior.

Durante os 40 anos em que vigorou o diploma de jornalista, a existência de comunicadores populares, comentaristas e articulistas nunca deixou de existir ou foi cerceada.

Fonte: CUT